

APROVAÇÃO DA LEI AGRÍCOLA AINDA ENCONTRA OBSTÁCULOS

O Congresso norte-americano ainda encontra obstáculos para a aprovação final da nova lei agrícola no segundo semestre de 2013. O Congresso retornou à sua agenda legislativa no dia 9 de setembro com somente nove dias restantes para negociar e votar em uma nova lei agrícola antes que a vigente expire em 30 de setembro.

Contudo, o líder da maioria na Câmara, Eric Cantor (repúblicano da Virgínia), anunciou que ao retornar este mês, a Câmara primeiramente aprovaria a medida sobre o programa de auxílio à alimentação, que foi excluída da proposta. A proposta da Câmara sobre o auxílio alimentar provavelmente incluirá disposições para aumentar requisitos de elegibilidade para receber tal benefício, o que poderá causar resistência do partido democrata. Após este voto, a liderança nomearia os membros do comitê de conferência para negociar a versão final da proposta da lei agrícola com o Senado. Este passo da nomeação do comitê é fundamental para as negociações da aprovação final da lei.

A Deputada Kristi Noem (republicana da Dakota do Sul) se reuniu recentemente com o líder do Comitê de Agricultura da Câmara, Frank Lucas (repúblicano de Oklahoma) e men-

cionou que a lei agrícola vigente já foi prorrogada em janeiro. O Senado já aprovou a sua versão. A Câmara, por sua vez, excluiu da sua versão aprovada, as provisões do auxílio alimentar, contrariando o partido democrata. Por causa das dificuldades, os dois Congressistas afirmaram que querem desenvolver um plano permanente e preventivo caso no futuro a lei agrícola não seja aprovada no Congresso, o que poderia ter efeitos adversos, segundo eles. Atualmente a lei agrícola é renovada a cada cinco anos.

Na opinião do Congressista Kevin Cramer (republicano da Dakota do Norte), seria difícil finalizar todo o processo legislativo da lei agrícola antes de 30 de setembro e talvez a questão se estenda até outubro ou novembro devido ao curto tempo disponível. No entanto, segundo ele, não haverá impacto decisivo até janeiro de 2014.

O retorno do Congresso enfrentará não somente uma agenda cheia, mas também terá que conciliar as duas versões diferentes da proposta. Até que uma nova lei agrícola seja votada, o acordo-quadro entre o Brasil e EUA permanecerá, assim como os pagamentos anuais de US\$147 milhões ao Instituto Brasileiro do Algodão.

O Congresso norte-americano está em período de férias parlamentares desde o início de agosto e só retornará às suas atividades legislativas no dia 9 de setembro.

Nesta Edição

Agenda de comércio no segundo semestre de 2013	Pág. 02
Nova proposta Fast Track enfrenta oposição no Congresso	Pág. 02
Consulta pública sobre Relatório Anual de Barreiras Comerciais	Pág. 02
Segunda reunião do ATEC será em Brasília	Pág. 03
EUA disponibiliza site para registro do FATCA	Pág. 04
Negociações EUA-UE iniciarão em outubro	Pág. 05
Novidades sobre o FSMA	Pág. 05
Negociadores da TPP se reunirão nos EUA em setembro	Pág. 06
Disputa comercial entre EUA-China	Pág. 06



Criado em 2000, o Brazil Industries Coalition (BIC) é uma entidade sem fins lucrativos, independente e estabelecida de acordo com a legislação norte-americana, dedicada à representação do setor privado brasileiro em Washington, D.C. A missão do BIC é defender, perante o Congresso e Executivo norte-americanos, os interesses do setor privado brasileiro e desenvolver um trabalho para promover a sólida parceria entre o Brasil e os Estados Unidos nas áreas de comércio, investimento, inovação e energia.

Agenda de comércio no segundo semestre de 2013

Os assessores do Comitê de *Ways and Means* na Câmara e de Finanças no Senado recentemente destacaram como temas prioritários de comércio exterior para o segundo semestre de 2013 a renovação do Sistema Geral de Preferências (SGP), que expirou em 31 de julho deste ano, a *Miscellaneous Tariff Bill* e a introdução de uma proposta legislativa para renovar a autoridade de promoção comercial do Presidente, também conhecida como “fast track”.

Embora tenham objetivos em comum, o Senado e a Câmara ainda diferem em suas prioridades de comércio. Os assessores da Câmara enfatizaram que para o Comitê de *Ways and Means*, assuntos como a reautorização e modernização aduaneira também são importantes. Já o Senado espera agrupar a autoridade comercial e o auxílio aos trabalhadores afetados pelo comércio (*Trade Adjustment Assistance - TAA*). Esta posição já encontra resistência do partido republicano, que prefere considerar os assuntos separadamente.

O presidente do Comitê de Finanças, Senador Max Baucus (democrata de Montana) afirmou que uma de suas prioridades para este ano é a elaboração de um novo projeto de lei sobre a autoridade de promoção comercial (*fast track*). Mecanismo pelo qual o Congresso dos EUA autoriza o presidente a negociar acordos comerciais que, posteriormente, são aprovados ou rejeitados sem possibilidade de emendas.

Em termos de monitoramento de negociações de acordos comerciais, o Congresso quer encorajar o término das negociações da Parceria Trans-Pacífica (TPP) até o fim deste ano, assim como o avanço do acordo de serviços e as negociações com a União Europeia.

Nova proposta *Fast Track* enfrenta oposição no Congresso

Na última semana de julho o Presidente Obama solicitou oficialmente ao Congresso o *fast track*, a fim de aumentar a credibilidade das negociações com a União Europeia e a Parceria Transpacífica. Contudo, em agosto os membros do Congresso norte-americano de ambos os partidos políticos circularam cartas opondo-se ao pedido do Presidente Obama para negociar acordos comerciais internacionais. De modo geral, estas cartas afirmam que o modelo “do século XX” de *fast track* simplesmente não é apropriado para os acordos comerciais do século 21 e deve ser substituído. Mesmo antes de o Presidente Obama pedir publicamente ao Congresso que aprove uma nova lei *fast track*, os presidentes e vice-presidentes do Comitê de *Ways and Means* na Câmara e do Comitê de Finanças do Senado já estavam trabalhando em uma nova legislação. Entretanto, nenhuma proposta foi apresentada até o momento. Entre os impedimentos, está o fato de que o presidente do Comitê de Finanças, Max Baucus (democrata de Montana), quer vincular o projeto de lei *fast track* com a aprovação do projeto de lei que re-autoriza a proposta para auxílio aos trabalhadores afetados pelo comércio (*Trade Adjustment Assistance – TAA*). No entanto, o vice-presidente do Comitê Orrin Hatch (republicano de Utah), se opôs a proposta.

Consulta pública sobre Relatório Anual de Barreiras Comerciais

O Escritório do Representante de Comércio dos EUA (*US Trade Representative - USTR*) abriu prazos em 19 de agosto para consulta pública sobre o Relatório Anual de Barreiras Comerciais Internacionais (*National Trade Estimate Report - NTE*) de 2014.

O Relatório Anual analisa barreiras globais às exportações dos Estados Unidos de bens, serviços e investimentos. Em sua última edição publicada em março de 2013, o USTR listou várias questões relativas ao comércio com o Brasil, dentre elas:

- Altas tarifas de importação sobre automóveis e peças, artigos de tecnologia, tecnologia da informação, químicos, plásticos, máquinas industriais, têxteis e vestuário;
- Exceções à tarifa externa comum do Brasil no Mercosul;
- Restrições nas importações de trigo;
- Registros no SISCOMEX, em especial de artigos de vestuário;
- Licenças de importação não-automáticas e certificados de origem para calçados e têxteis importados fora do Mercosul;
- Requerimentos burocráticos no comércio, até para importações temporárias;
- Tempo requerido pela ANVISA de 3 a 6 meses ou mais para aprovação de vários produtos;
- Subsídios: Plano Brasil Maior e apoio do BNDES para financiamentos de longo prazo; Reintegra, FINAME, REPES e RECAP;
- Compras governamentais - dificuldade das companhias norte-americanas participarem do processo de licitação sem uma presença local substantiva;
- Recomendação de que o Brasil seja signatário do Acordo de Compras Governamentais da OMC para que haja acesso a ambos os mercados;
- O Plano TI Maior que estabelece novas regras de certificação do governo e preferência de software doméstico;
- Propriedade intelectual: a dupla revisão da ANVISA de patentes e problemas com pirataria de direitos autorais, internet, e fármacos;
- Taxa da Condecine sobre filmes estrangeiros;
- Taxa de 60% de remessa expressa; e
- A lei de aquisição de terras por estrangeiros.

O prazo para participar da consulta pública do Relatório de barreiras ao comércio encerra em 22 de outubro de 2013. Acesse o Relatório de 2013 [aqui](#).

Segunda reunião do ATEC será em Brasília

Criado pelo Brasil e Estados Unidos em março de 2011, o Tratado de Cooperação Econômica e Comercial (ATEC) é um fórum de discussão sobre barreiras ao comércio e investimentos.

Os governos do Brasil e EUA realizarão em Brasília, nos dias 11 e 12 de setembro, a segunda reunião anual de alto nível da Comissão Brasil-EUA para Comércio e Cooperação Econômica, no âmbito do ATEC. A reunião discutirá diversos assuntos pertinentes à pauta bilateral, incluindo acesso ao mercado para produtos agrícolas, etanol, G-20, negociações da Parceria Trans-Pacífica, negociações entre os EUA e a União Europeia e entre o Mercosul e a União Europeia, entre outros. Além disso, os países também discutirão perspectivas sobre as diferentes abordagens de política industrial.

Na primeira reunião realizada em março de 2012 em Washington, as partes concordaram em explorar uma maior cooperação em temas como investimentos, propriedade intelectual, inovação, comércio transfronteiriço

de serviços, empresas de pequeno porte, entre outros. Biotecnologia agrícola foi destacada como uma área de cooperação atual e de grande potencial, já que os Estados Unidos e o Brasil são os dois maiores cultivadores de plantações biotecnológicas.

EUA disponibiliza site para registro do FATCA

O FATCA (Foreign Account Tax Compliance Act - FATCA), lei americana de conformidade tributária para contas estrangeiras, visa o combate à evasão fiscal por americanos que mantém contas bancárias no exterior, mediante a requisição do envio destas informações ao Tesouro norte-americano.

Em vigência desde janeiro de 2013, o FACTA estabelece que as instituições financeiras estrangeiras devem identificar e relatar anualmente as contas e transações realizadas por correntistas norte-americanos, sob pena de retenção na fonte de 30% dos rendimentos obtidos em transações realizadas nos EUA.

Em 19 de agosto o Fisco norte-americano (*Internal Revenue System - IRS*) anunciou a abertura do sistema de registro *online* para as instituições financeiras que precisam registrar no IRS no âmbito do FATCA. O novo sistema de registro permite às instituições financeiras:

- Estabelecer contas on-line;
- Personalizar home pages para gerenciar contas;
- Designar os pontos de contato para lidar com registros;
- Supervisionar membros e/ou informações de agências; e
- Receber notificações automáticas de novas atualizações.

O Fisco norte-americano encorajou as instituições financeiras a se familiarizarem com o sistema, criarem suas contas on-line e começarem a enviar suas informações. A partir de janeiro de 2014, elas deverão finalizar suas informações de registro, fazer as alterações necessárias e finalizar o envio. Embora as informações possam ser enviadas antes da data, as inscrições feitas antes de janeiro de 2014 não serão consideradas finais.

Como as inscrições serão finalizadas e aprovadas em 2014, ao registrarem-se, as instituições financeiras receberão um aviso de comprovação da inscrição e será emitido um número de identificação intermediário global. O IRS publicará eletronicamente a primeira lista de Instituição Financeira - Lista IRS Exterior (FFI), em junho de 2014, e atualizará a lista mensal. Para garantir a inclusão na lista de junho de 2014 IRS FFI, as instituições financeiras terão que finalizar suas inscrições até 25 de abril de 2014.

O Brasil vem negociando um acordo intergovernamental com os Estados Unidos sobre o FATCA por alguns meses. De acordo com fontes do governo, o texto do acordo já foi aprovado e agora os governos negociam a lista de exceções contidas no Anexo II do acordo. Uma reunião sobre o assunto será realizada em 12 de setembro.

Para maiores informações, acesse o seguinte [link](#) do IRS.

Negociações EUA-UE iniciarão em outubro

Em agosto o Representante Comercial dos Estados Unidos, Michael Froman, anunciou que as negociações com a União Europeia iniciarão de fato em outubro de 2013.

A primeira rodada das discussões sobre o Comércio Transatlântico e Parceria de Investimento (Transatlantic Trade and Investment Partnership – TTIP) realizou-se em julho. No entanto, a UE determinou que as questões referentes aos serviços audiovisuais e aos regulamentos de importação de organismos geneticamente modificados não seriam parte da negociação.

Sob a liderança de Michael Froman e do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, os negociadores se organizaram em grupos de trabalho para discutir 21 questões, mas não houve troca de ofertas. Froman alertou que o objetivo é eliminar as diferenças desnecessárias no relacionamento para que possam fomentar a cooperação regulatória e desenvolver padrões juntos.

Automóveis, produtos químicos e farmacêuticos foram identificados como potenciais áreas de cooperação regulamentar no Grupo de Trabalho de Alto Nível. Entretanto o grupo também tem sinalizado outros setores de interesse, tais como máquinas e eletrônicos, dispositivos médicos, cosméticos e tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Novidades sobre o FSMA

A Lei de Modernização da Segurança Alimentar (FSMA) institui novos sistemas de fiscalização preventivos na cadeia produtiva de alimentos.

A Agência de Alimentos e Medicamentos dos Estados Unidos (*U.S. Food and Drug Administration - FDA*) realizou seminários em São Paulo e Brasília sobre a FSMA para informar o público e o governo brasileiro sobre detalhes das novas propostas regulamentares da lei de segurança alimentar. A FDA e o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID), em parceria com a BIC, CEBEU, CNI, Rede CIN, CNA, Apex-Brasil e AmCham, realizaram o evento da FSMA em São Paulo no dia 9 de agosto, e em Brasília no dia 13 de agosto.

Em julho a FDA publicou duas novas propostas regulamentares referentes à nova Lei de Modernização da Segurança Alimentar. Elas incluem o Programa de Verificação de Fornecedor Estrangeiro (FSVP) e a Certificação de Terceiros. A proposta da FDA sobre o FSVP detalha as obrigações do importador, colocando pela primeira vez a responsabilidade de garantir a segurança dos alimentos importados diretamente sobre o importador ou seu agente nos EUA.

Além das regras propostas, a FDA emitirá um guia de padrões modelo que especificam as qualificações que as entidades de certificação devem ter para serem acreditadas. Da mesma forma o órgão está em processo de análise sobre o impacto destas novas medidas. No mais, a FDA anunciou que publicará em breve uma nova proposta sobre controles preventivos de produtos para animais.

As empresas interessadas terão até **15 de novembro** para enviarem seus comentários sobre as duas consultas públicas. Por ordens da corte federal, a FDA deverá publicar todas as propostas regulamentares do FSMA até meados de 2015.

Negociadores da TPP se reunirão nos EUA em setembro

A 19ª rodada de negociações sobre a Parceria Trans-Pacífica (TPP) foi realizada entre os dias 22 a 30 de agosto, em Brunei. Na declaração conjunta do encontro, os negociadores-chefes disseram que avançaram seu trabalho técnico em textos que cobrem questões como: acesso a mercados, regras de origem, investimento, serviços financeiros, propriedade intelectual, competitividade e meio ambiente.

Os negociadores-chefes também observaram que a maioria das questões já está em um estágio avançado. Os 12 países participantes - Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Cingapura, Estados Unidos e Vietnã - têm explorado como desenvolver um pacote mutuamente aceitável, para o restante das questões sensíveis e desafiadoras nas negociações finais. A próxima rodada de negociações TPP será realizada nos dias 18 e 21 setembro, em Washington, D.C.

Disputa comercial entre EUA-China

No dia 26 de agosto, a Comissão de Revisão Econômica e de Segurança EUA-China (U.S.-China Commission – USCC) publicou o relatório sobre a modernização naval da China, e as implicações para os Estados Unidos.

O relatório esclarece que na década de 1980, a China iniciou um programa de modernização para transformar a marinha do Exército Popular de Libertação (PLA) em uma força costeira regional tecnologicamente avançada. As aquisições de plataformas, armas e sistemas feitas pelo governo tem enfatizado em melhorias qualitativas, e não quantitativas, e centrado na melhoria da sua capacidade de atacar navios a distâncias maiores do continente chinês. Ainda de acordo com a publicação, os investimentos da China no setor de pesquisa, desenvolvimento, e construção de defesa naval devem continuar aumentando até pelo menos 2020.

A publicação conclui que, para proteger e promover os interesses dos EUA na Ásia, é importante que o país permaneça profundamente envolvido na região e demonstre que tem capacidade e determinação, para ativamente moldar – e neutralizar – o crescimento das capacidades navais da China.

Para obter maiores informações sobre o relatório, [acesse](#).